

DEPUTADA FEDERAL PSOL  
**FERNANDA**  
MELCHIONNA



# A NOSSA VOZ CONTRA OS INIMIGOS DO POVO!

Balanço do Mandato, 2023 - 2025





# EDITORIAL

## Textos

Fernanda Melchionna e Ravi Novaes

## Revisão

Camila Goulart, Laís Buarque e Louise Pierosan

## Projeto Gráfico e Diagramação

Laís Buarque

## Mandato da Deputada Federal Fernanda Melchionna - PSOL RS

**Email:** [dep.fernandamelchionna@camara.leg.br](mailto:dep.fernandamelchionna@camara.leg.br)

**Whatsapp:** (51) 98925-0864

### Gabinete | Brasília

Câmara dos Deputados - Gabinete 621 - Anexo IV - Brasília/DF

**Telefone:** (61) 3215-5621

### Gabinete | Porto Alegre

Rua Sofia Veloso, 71 - Cidade Baixa - CEP: 90050-140

(51) 3110-9150

**Acesse [www.fernandapsol.com.br](http://www.fernandapsol.com.br)**



# Apresentação

Fernanda Melchionna é, acima de tudo, militante e ativista. Sua luta parte da compreensão da necessidade da construção de uma nova esquerda no Brasil, capaz de enfrentar a extrema direita e, ao mesmo tempo, ir à raiz dos problemas.

Fernanda é socialista, feminista, mãe e acredita na mobilização como método de grandes transformações. Bibliotecária formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ela é bancária licenciada pelo Banrisul e esteve vereadora de Porto Alegre por 10 anos. Hoje está deputada federal pelo PSOL-RS em sua segunda legislatura, reeleita em 2022 com quase 200 mil votos, sendo a mulher mais votada do Rio Grande do Sul.

Tem como prioridade a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, da vida das mulheres e em prol do fortalecimento do livro e da leitura. Em 2023 lançou seu primeiro livro "Tudo Isso é Feminismo? Uma visão sobre histórias, lutas e mulheres". Em 2024 foi eleita a melhor deputada do Brasil pelo júri especializado do Prêmio Congresso em Foco.

- Mulher mais votada do Rio Grande do Sul nas eleições de 2022.
- Primeira parlamentar bibliotecária da história da Câmara dos Deputados.
- Autora do livro "Tudo Isso é Feminismo? Uma visão sobre histórias, lutas e mulheres."
- Ex-líder da Bancada do PSOL na Câmara dos Deputados (2020).
- Membro das Comissões: (CCJ) Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Comissão Externa para Acompanhar os Graves Casos de

Feminicídios Rio Grande do Sul, Comissão Especial sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais, Comissão Externa sobre Danos Causados pelas Enchentes no Rio Grande do Sul, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (suplente), Comissão de Educação (suplente), Comissão Especial sobre Inteligência Artificial (PL 2338/23 - suplente), Comissão Especial sobre Regulamentação dos Trabalhadores por App (PLP 152/25 - suplente)

- Autora da emenda que criou duplo auxílio emergencial às mulheres chefes de família que, durante seis meses da pandemia, garantiu renda de R\$ 1.200,00.

- Autora da lei “Não se calem” (2023), que cria medidas de proteção às mulheres em situação ou risco de violência sexual.

- Co-atuadora de leis como Aldir Blanc, de apoio ao setor cultural, e Mari Ferrer, que pune atos ofensivos a vítimas de violência sexual e testemunhas durante o processo judicial.

- Uma das autoras do pedido de Impeachment de Bolsonaro com mais de 1 milhão de assinaturas (2020).

- Uma das proponentes do abaixo-assinado contra a PEC da bandidagem, que com mais de 1,5 milhão de apoios foi o maior abaixo assinado da história do Congresso Nacional contra um projeto legislativo.

- Coordenadora das Frentes Parlamentares pela Auditoria da Dívida Pública, e Em Defesa do Livro, Leitura e Escrita. Secretária-Geral da Frente Parlamentar das Trabalhadoras e Trabalhadores da Economia Informal.

- Autora de um conjunto de medidas e projetos para enfrentar a Calamidade de 2024 no RS, como o Regime de Reconstrução Socioambiental do RS, o PL da Isenção de água e luz para as vítimas das enchentes, entre outros.





# EDITORIAL

No início de 2023, quando assumi o segundo mandato de deputada federal pelo Rio Grande do Sul, nós sabíamos que participávamos de um momento histórico. Após quatro anos lutando contra o governo genocida de Jair Bolsonaro, enfim conseguimos tirá-lo da presidência. Logo nos primeiros dias de janeiro, a extrema direita mostrou sua verdadeira face: derrotados nas urnas, tentaram um golpe de Estado para consolidar um regime de exceção, que impediria Lula de tomar posse. O fracasso do plano resultou no julgamento histórico que levou à prisão da cúpula golpista em 2025, incluindo o ex-presidente, vários de seus generais e um almirante.

Sempre tivemos clareza que o nosso enfrentamento com a extrema direita não se encerraria com a eleição de Lula, mas tirar Jair Bolsonaro do Palácio do Planalto foi um passo decisivo para preservar as liberdades democráticas e conter a política de ataques das trabalhadoras e trabalhadores implementada pelo bolsonarismo.

O reconhecimento do trabalho e da luta de nosso primeiro mandato de deputada federal (2018-2022), resultou na reeleição em 2023 com quase 200 mil votos, o que me colocou na posição de mulher mais votada no Rio Grande do Sul, uma honra grande e uma responsabilidade enorme. Nesses três anos que se passaram desde então, nosso mandato seguiu atuando como uma trincheira da classe trabalhadora no Congresso Nacional, batalhando para que os golpistas e criminosos da pandemia fossem condenados e presos, mantendo a independência para enfrentar as políticas neoliberais que infelizmente persistem também no governo federal, como no arcabouço fiscal, e com projetos e ações legislativas para melhorar a vida do povo gaúcho e de todo o Brasil.

Os desafios não têm sido poucos: A mesma eleição que derrotou Bolsonaro e nos elegeu, formou uma composição

no Senado e Câmara dos Deputados de maioria reacionária. Não é à toa que a aliança do Centrão com a extrema direita conquistou nas ruas o merecido título de Congresso Inimigo do Povo. Um congresso que vem atuando para privilegiar os muito ricos, que age para travar o fim da escala de trabalho 6x1 e a isenção do IR para a maioria do povo. Uma Câmara que é majoritariamente contra a taxaço de grandes fortunas, enquanto é capaz de aprovar retrocessos gravíssimos, como o marco temporal, o PL da Devastaço, a anistia para os golpistas e a PEC da Bandidagem.

O caminho para conquistar direitos e barrar os retrocessos continua sendo a aposta na luta coletiva. A batalha contra a PEC da Bandidagem foi o maior exemplo recente de que é possível vencer com mobilizaço. Milhões de pessoas nas ruas e nas redes impuseram um recuo aos inimigos do povo, que pretendiam blindar parlamentares e presidentes de partidos de responder na justiça por seus crimes.

Outro momento terrível que marcou nossas vidas aconteceu em maio de 2024, quando vimos o negacionismo climático transbordar diante dos nossos olhos e o Rio Grande do Sul ser devastado pelas enchentes. As açoes anti-ambientais que tanto combatemos, do governo estadual de Eduardo Leite, do agronegócio devastador e de governos municipais, cobraram seu preço em uma catástrofe ambiental que atingiu a totalidade do estado.

Com todas as forças que estavam ao nosso alcance, nos somamos às correntes de solidariedade, para ajudar a salvar vidas e socorrer quem perdeu tudo. Também apresentei iniciativas legislativas para medidas emergenciais, bem como projetos que viabilizassem recursos para a reconstrução do estado. Nossa batalha contra o negacionismo climático se tornou mais urgente do que nunca, infelizmente o colapso do clima veio para ficar, e é imprescindível adaptar os territórios e as cidades e desenvolver políticas públicas para enfrentá-la.

A igualdade de gênero, tema crucial desde a minha militância estudantil, continuou tendo centralidade em nossa atuação na Câmara e fora dela. A minha

maternidade recente e a publicação do meu primeiro livro "Tudo Isso é Feminismo? Uma visão sobre mulheres, lutas e histórias", aprofundou ainda mais esse eixo de atuação em nosso mandato legislativo. Aprovamos a Lei da Igualdade Salarial, revogamos a Lei de Alienaço Parental, entre tantas outras açoes que apresentaremos a seguir.

Acompanhamos com revolta e sentimento de urgência a epidemia de feminicídios que, fomentada pelo ódio misógino da extrema direita, se agravou nos últimos anos. Fomos às ruas junto a milhares de mulheres para exigir medidas urgentes e efetivas. Além de apresentar projetos de Lei como a obrigatoriedade de tornozeleira eletrônica e a inelegibilidade de agressores de mulheres, criamos uma comissão especial da Câmara dos Deputados para enfrentar a explosão de feminicídios no Rio Grande do Sul.

Esta publicação também prestará contas sobre a destinação das nossas emendas parlamentares. A transparência no uso dos recursos públicos é muito importante para nós do PSOL. É do nosso partido a açao no STF que derrubou o Orçamento Secreto, e seguimos lutando contra as manobras para manter essa prática nefasta em funcionamento.

Também apresentaremos nossos principais projetos dos últimos 3 anos, que buscaram caminhar no sentido da ampliaço dos direitos sociais e trabalhistas, da justiça tributária, da igualdade de gênero, do ecossocialismo, da cultura, do livro e da leitura, do enfrentamento ao racismo e homofobia, da soberania nacional e da garantia das liberdades democráticas.

Com este balanço do nosso mandato, mais do que prestar contas, queremos reafirmar nosso compromisso com a política transformadora feita nos territórios, nos locais de trabalho, nas escolas, universidades, nas ruas e nas redes. Essa é a razão de ser de um mandato socialista como o nosso, o que dá sentido aos enfrentamentos que fazemos na Câmara dos Deputados. Somente juntos conseguiremos avançar.

**Boa leitura, sigamos na luta.**



## A vitória contra PEC da Bandidagem mostra o caminho

Os inimigos do Povo no Congresso Nacional tentaram aprovar uma PEC para que a justiça precise de autorização do legislativo para julgar crimes cometidos por parlamentares e presidentes de partidos. A blindagem que a Câmara aprovou abrangia até mesmo crimes graves como assassinato, roubo, pedofilia e violência doméstica.

A população se revoltou e foi à luta, com manifestações em inúmeras cidades e um abaixo-assinado, proposto pelas deputadas Fernanda Melchionna e Sâmia Bomfim, que chegou a 1,5 milhão de assinaturas, o maior da história contra uma proposta legislativa. Após a pressão popular, o Senado derrubou a PEC da Bandidagem por unanimidade na CCJ, uma vitória muito importante da luta coletiva.

## Sem anistia para os golpistas

Em 2025 finalmente Bolsonaro, os generais traidores e a cúpula da tentativa de golpe do 8 de janeiro foram presos. A mobilização do povo nas redes e nas ruas foi fundamental para que esse julgamento histórico avançasse, e continua essencial para que não haja anistia. Após o julgamento, os Inimigos do Povo no Congresso Nacional aprovaram o "PL da Dosimetria" para tentar anistiar os golpistas, projeto que foi vetado integralmente pelo Presidente Lula vetou.

Em 2026, a luta para manter o veto presidencial, para que os traidores da

Pátria continuem a cumprir integralmente as suas penas, será muito importante para que tentativas de golpe não se repitam. Além dos enfrentamentos, tanto na Câmara quanto nas ruas, e da presença no STF para acompanhar os julgamentos, Fernanda realizou uma coleta de assinaturas contra a anistia que já conta com quase 300.000 apoios.

## Revisão da Lei da Anistia

Fernanda é autora do PL4519/2024, que prevê revisão da Lei da Anistia e punição de militares pelos crimes da ditadura. A Lei da Anistia, promulgada durante a ditadura civil-militar, que deveria conceder perdão aos perseguidos políticos, foi instrumentalizada pelos militares do regime para garantir a impunidade por seus crimes, incluindo a anistia a militares que cometeram crimes contra a humanidade, como assassinato e tortura.

## Suspensão de salário para os assassinos de Rubens Paiva

O Brasil precisa acertar as contas com os golpistas da ditadura civil-militar e do presente. A falta de uma justiça de transição no processo brasileiro de redemocratização, gestou o golpismo que tentou impedir a posse de Lula em 8 de janeiro de 2023.



## **Chega de pagar salários aos assassinos da ditadura!**

O Estado Brasileiro paga até hoje salários e pensões aos assassinos de Rubens Paiva e torturadores da ditadura. O Projeto de Lei 127/2025, de autoria de Fernanda Melchionna, propõe suspender as remunerações de militares denunciados por crimes contra a humanidade e violações de direitos humanos, praticados durante a ditadura. Anualmente, só os assassinos de Rubens Paiva e seus familiares recebem mais de 1,8 milhões de reais de dinheiro público, uma vergonha nacional.



## **Defender a soberania nacional e enfrentar os traidores da Pátria**

O PSOL acionou a justiça, através da PGR (Procuradoria-Geral da República), pedindo a cassação do mandato parlamentar de Eduardo Bolsonaro e sua prisão preventiva. O membro do clã Bolsonaro abandonou seu cargo de deputado e está há meses nos Estados Unidos, conspirando com o governo Trump para sabotar e chantagear o Brasil. O tarifaço comercial contra produtos brasileiros que Eduardo conquistou gera desemprego no país e mais dificuldades para as trabalhadoras e trabalhadores. Fernanda Melchionna também realizou um abaixo-assinado que foi entregue à mesa diretora da Câmara dos Deputados com mais de 400 mil assinaturas pela cassação.

Em dezembro de 2025, o conspirador foi cassado por faltas, um passo importante, mas também uma manobra que preservou os direitos políticos de Eduardo, que seriam suspensos por até 8 anos caso a votação tivesse ido a plenário, como seria correto.

## **Soberania Financeira: A ingerência de Trump e dos EUA**

Estimulado pela extrema direita brasileira, o governo de Donald Trump tentou interferir nas decisões legítimas do Poder Judiciário Brasileiro. O Projeto de Lei da Soberania Financeira, de autoria de Fernanda Melchionna, propõe criar mais um mecanismo para defender a Soberania nacional contra a ingerência de potências estrangeiras. O Projeto de Lei impede que bancos apliquem no Brasil bloqueio de contas por sanções estrangeiras sem homologação nacional, por exemplo, a Lei Magnitsky. A proposta estabelece punições e multas para as instituições que a desrespeitarem, pesando onde os banqueiros mais sentem: no bolso.

## **A luta pelo fim da escala 6x1**

A hiper-exploração da escala 6x1 impede as trabalhadoras e trabalhadores de conviver com suas famílias, de ter qualidade de vida, de estudar e de cuidar da saúde. É preciso acabar imediatamente com essa jornada de trabalho nefasta. Fernanda Melchionna é signatária da PEC pelo fim da escala 6x1 que tramita no Congresso Nacional. Além disso, a deputada tem participado ativamente das mobilizações de ruas e de redes, e participou também do plebiscito popular.

O mandato de Fernanda na Câmara dos Deputados tem sido uma trincheira da classe trabalhadora na guerra contra os Inimigos do Povo, que querem manter uma jornada extenuante para ampliar os seus lucros. Em 2026 a pressão e mobilização social serão decisivas para que essa pauta vença e a escala 6x1 seja extinta.

# CHEGA DE NEGACIONISMO CLIMÁTICO!

O planeta chegou a um ponto de não retorno e nós estamos atrasados. O negacionismo climático e neoliberal estão custando vidas e destruindo o meio ambiente, deixando grandes regiões inabitáveis. A catástrofe no RS escancarou que a adaptação climática, a preservação do meio ambiente, as cidades resilientes e a necessidade de outro tipo de política econômica, que não usurpe e destrua recursos naturais em favor do lucro desenfreado, são temas que necessitam de posicionamentos claros e ações urgentes.

## A calamidade do Rio Grande do Sul e a responsabilidade dos governos

A calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul é fruto do aquecimento global, mas anos de governos negacionistas também foram responsáveis pelo desastre. Para favorecer o agronegócio devastador e outros interesses econômicos, foi implementada uma agenda profundamente anti-ambiental no RS: ações como o autolicensing ambiental, a privatização da CEEE, o sucateamento dos órgãos ambientais, a extinção do DEP e o abandono da manutenção nas casas de bomba na capital são alguns exemplos. A privatização do DMAE, que a direita gaúcha promove agora em Porto Alegre, mostra o quanto segue vigente na política gaúcha uma visão negacionista, anti-ambiental, e de desmonte das estruturas de Estado.



## Nossos projetos

Desde o primeiro momento da calamidade, Fernanda atuou pressionando por ações emergenciais para salvar vidas e viabilizar os recursos necessários à reconstrução. Além disso, seus projetos apresentados também focaram no enfrentamento às mudanças climáticas.

Logo nos primeiros dias foi apresentado uma pacote de medidas com projetos para um Plano de Reconstrução Socioambiental do RS, para isentar as vítimas de desastres das tarifas de água e luz, para cancelar a dívida do RS com a União, auxílio emergencial para artistas e espaços culturais, para punir quem praticar preços abusivos e disseminar fake news, isenção de IR para os atingidos, entre outros.



## A única deputada a destinar emendas para enfrentar desastres climáticos

Antes das enchentes, dos 34 parlamentares gaúchos, Fernanda Melchionna foi a única a destinar em 2024 emendas específicas para prevenção de desastres no Estado. **O valor destinado, de R\$ 1 milhão**, destinou-se à execução de estudos, planos, projetos e obras de prevenção e de proteção à erosão costeira em áreas urbanizadas. Ainda em 2024 e também 2025, Fernanda ampliou o aporte de recursos para as defesas civis por meio de emendas parlamentares.

## Quem lucra com o colapso climático? As contradições da COP30

Durante a 30ª Conferência Climática Global, realizada em Belém-PA, Fernanda Melchionna participou de espaços oficiais da COP30 e de agendas junto a movimentos sociais, como a Cúpula dos Povos. Sua atuação foi marcada pela denúncia das contradições do evento, especialmente a forte presença do lobby do agronegócio, da mineração e dos combustíveis fósseis, além da exclusão de povos indígenas, comunidades tradicionais e movimentos sociais dos espaços de decisão, o que fragilizou a posição do Brasil

diante da urgência climática.

Logo no início da Conferência, essas contradições ficaram explícitas com a ocupação da Blue Zone por indígenas do Baixo Tapajós junto aos movimentos sociais. A ação teve repercussão internacional e escancarou a distância entre o discurso oficial e a realidade dos mais afetados pela crise climática, que seguem sem voz enquanto a emergência ambiental é tratada como oportunidade de negócios e especulação financeira. A ocupação tensionou o debate público e abriu espaço para questionamentos sobre a falsa transição energética baseada em soluções de mercado e na manutenção dos interesses dos grandes poluidores.

Apesar do simbolismo de sediar a COP na Amazônia, o Brasil deixou de assumir a liderança que o momento exigia. Às vésperas do evento, o governo federal pressionou pelo avanço da exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas e, diante das mobilizações, anunciou uma consulta prévia sobre a privatização dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins, porém sem suspender os decretos, tornando a medida sem efeito. Enfrentar a crise climática exige romper com os interesses do grande capital, combater a financeirização da natureza e garantir que os povos indígenas, comunidades tradicionais e movimentos sociais sejam centrais nas tomadas de decisões.



## Enfrentamento contra o PL da devastação

Fernanda esteve na linha de frente no enfrentamento ao PL da Devastação e outras medidas que buscaram desmontar normas de proteção ambiental. Logo após a COP, infelizmente uma aliança entre extrema direita e centrão derrubou os vetos do presidente Lula a esse projeto nefasto. Os vetos reduziram o impacto negativo do PL da devastação, que destrói o licenciamento ambiental no país para favorecer interesses econômicos dos que lucram com a devastação, agronegócio, mineradoras, e outras atividades de alto impacto ambiental. Trata-se do maior ataque ao meio ambiente desde 1988. O Projeto segue para o Senado, e só poderá ser barrado com muita pressão social.

## Projeto Escola Cuidada apresentado na véspera da COP

O Projeto de Lei (PL) 5462/2025, de autoria de Fernanda Melchionna, propõe criar a Plataforma Escola Cuidada, que visa criar um painel para monitorar a preparação das escolas aos impactos das mudanças climáticas e coordenar ações da rede básica por meio de um plano de ação. O Projeto também traz um relatório e propostas para abordar os danos causados em infraestrutura, equipamentos e materiais pedagógicos pelas calamidades climáticas.

A iniciativa fez parte do protocolo do MEL (Mulheres em Lutas) e busca garantir que as instituições de ensino tenham condições de proteger alunos e profissionais durante desastres e de se reerguer após tais eventos.



# MULHERES EM MOVIMENTO

A luta das mulheres por igualdade de direitos e respeito sempre esteve no centro da trajetória militante e parlamentar de Fernanda. Entre 2023 e 2025 as iniciativas do mandato abrangeram projetos de lei, mobilizações, articulação no congresso, nas ruas e nas redes, veja algumas delas:

## É urgente barrar a epidemia de feminicídios

### • Comissão Externa - Resumo com números e apontamentos

Os feminicídios são uma epidemia no Brasil e no Rio Grande do Sul, que tem acumulado recordes vergonhosos de violência e assassinato de mulheres.

Em 2024, o Brasil registrou um novo recorde histórico desde a criação da Lei dos Feminicídios em 2015, com 1.492 feminicídios. Em média, 4 mulheres são assassinadas por dia por sua condição de gênero. O Brasil ocupa a vergonhosa posição de 5º país que mais mata mulheres no mundo, enquanto o RS é o 7º pior estado do país nesse ranking. O Rio Grande do Sul é, ainda, o Estado brasileiro onde mais morrem mulheres vítimas de feminicídio com medidas protetivas.

Após o pico de feminicídios no RS em 2025, com 10 mulheres mortas no feriado da Páscoa, o mandato de Fernanda Melchionna tomou a iniciativa de articular a criação de uma Comissão Externa na Câmara, para focar nas causas e impulsionar a ampliação de políticas públicas de prevenção e proteção às gaúchas. A Comissão, que teve a adesão de todas as deputadas federais gaúchas, já realizou audiências em todas as regiões do estado, mapeando problemas e levantando propostas. Após o pico de feminicídios em 2025, com 10

mulheres mortas no feriado da Páscoa, o mandato de Fernanda Melchionna tomou a iniciativa de articular a criação de uma Comissão Especial na Câmara, para focar nas causas e impulsionar a ampliação de políticas públicas de prevenção e proteção às gaúchas. A Comissão, que teve a adesão de todas as deputadas federais gaúchas, já realizou audiências em todas as regiões do estado, mapeando problemas e levantando propostas.

### • PL para obrigar o uso de tornozeleiras por agressores de mulheres

O Projeto de Lei PL 4165/2025, de autoria de Fernanda Melchionna, propõe a obrigatoriedade do uso de tornozeleiras eletrônicas por agressores de mulheres. O monitoramento eletrônico é fundamental para manter a vigilância sobre os agressores e a segurança das mulheres. Tornar as tornozeleiras a regra e não a exceção é importante para evitar novos ataques. O projeto está em tramitação.

### • Vitória! Aprovada na Câmara a revogação da lei de Alienação Parental

Em dezembro de 2025, após muita mobilização dos movimentos de mulheres, foi aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 2812/22, que revoga a Lei de Alienação Parental (LAP). A proposta, de autoria das deputadas Fernanda Melchionna, Sâmia Bomfim e Vivi Reis, corrige uma brecha jurídica grave, uma vez que a LAP, além de basear-se em uma pseudociência, estava sendo utilizada para proteger abusadores e forçar a sua convivência com mães e crianças.



- **Agressores de mulheres não podem ser eleitos! PL 255/25**

Um agressor de mulheres não tem condições de ser representante do povo brasileiro. No entanto, a câmara federal, as assembleias e câmaras municipais estão cheias de homens que já foram condenados por violência doméstica. O PLP 255/2025, de autoria de Fernanda Melchionna, determina que agressores condenados pela Lei Maria da Penha, com trânsito em julgado, sejam tornados INELEGÍVEIS. O projeto está em tramitação.

- **Estado de calamidade- feminicídios**

Desde que o crime de feminicídio começou a ser tipificado, em 2015, mais de 13.000 mulheres já foram assassinadas no Brasil. Em 2025 foram mais de mil vítimas fatais, ano com o maior número de feminicídios.

Milhares de mulheres foram às ruas exigir respostas na mobilização nacional Mulheres Vivas. O Estado precisa agir com urgência e avançar com ações concretas para proteger a vida das nossas. As deputadas Fernanda Melchionna e Sâmnia Bomfim apresentaram um requerimento para que o Presidente Lula decreta estado de calamidade pública quanto aos feminicídios no país. A medida é importante para, além de

reconhecer a gravidade da situação, trazer mais agilidade e recursos para a intervenção estatal e as políticas públicas



de enfrentamento à violência de gênero. É pela vida das mulheres!

- **Homicídio Vicário**

Fernanda também é coautora do PL 2.767/2025. A proposta inclui no Código Penal a tipificação do "homicídio vicário", quando se mata um filho para atingir a mãe, equiparando a pena ao feminicídio, para coibir os crimes em que crianças são mortas com o propósito de causar sofrimento às mães no contexto de violência doméstica e familiar. Também assinam a coautoria do projeto as deputadas gaúchas Maria do Rosário, Denise Pessoa, Franciane Bayer e Daiana Santos.

- **Feiras Mulheridades: Sucesso das duas edições, e continuidade**

A partir do mandato parlamentar, a deputada Fernanda Melchionna impulsionou a Feira Mulheridades, que caminha para sua terceira edição. A iniciativa de uma feira que unisse a produção criativa de mulheres, movimentos sociais, debates feministas e a ocupação do espaço público, se mostrou um sucesso. Foram centenas de expositoras e milhares de visitantes em um movimento que só cresce, gerando renda para quem faz e proporcionando encontros potentes de troca e organização feminista. A Feira ocorre na rua Sofia Veloso, em Porto Alegre, onde está localizado o escritório parlamentar de Fernanda.

- **Maternidade em Foco**

Uma retrospectiva dos últimos anos necessariamente precisa passar pela chegada da pequena Dandara, em setembro de 2024. O nascimento da primeira filha de Fernanda Melchionna trouxe toda a complexidade, das



maravilhas aos desafios, de conciliar os tempos e necessidades da primeira infância com o trabalho parlamentar e de construção política nos territórios e nas lutas. A maternidade, que antes já fazia parte do escopo de atuação da deputada, ocupou um espaço ainda maior nas elaborações e construções do mandato. A chegada de Dandara é o marco de uma nova fase e de motivos redobrados para lutar por um mundo melhor para as novas gerações.

- **Saúde mental materna**

Entre os projetos que Fernanda é coautora está o Projeto de Lei que trata da Saúde Mental Materna (PL1.567/2023), que institui nacionalmente o “Maio Furta-Cor” como o mês dedicado a ações de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna.

- **Acolhimento e humanização do luto**

Fernanda Melchionna apresentou o PL4226/2024, para que mulheres que tiveram perda gestacional tenham protocolo de atendimento especializado. O projeto pretende oferecer às mulheres uma assistência digna e respeitosa



durante toda a gravidez e o parto.

- **Vitória contra o PL da Gravidez Infantil**

Que a extrema direita odeia as mulheres e meninas não é novidade, mas nessa legislatura eles chegaram ao cúmulo de tentar aprovar o PL dos Estupradores, que estabelecerá penas maiores para as vítimas do abuso sexual do que para os criminosos. Ao tentarem equiparar a pena para o aborto à de homicídio, sua intenção era obrigar as vítimas de violência sexual, inclusive as crianças, a gestar. A revolta da sociedade

articulada à luta no parlamento derrotou os fundamentalistas nesse projeto, porém, no final de 2025 eles iniciaram uma nova ofensiva, aprovando na Câmara o projeto que revoga a regulamentação do Conanda para a realização de aborto legal em casos de violência sexual. É hora de intensificar a luta para barrar no Senado esse absurdo.

- **Marco Temporal**

A batalha contra o marco temporal na Câmara dos Deputados foi um dos pontos de grande embate com a bancada do atraso dessa legislatura. O Marco Temporal inviabiliza a demarcação de terras indígenas que não estivessem ocupadas pelos povos originários na promulgação da constituição de 1988. Na prática, a medida representa a perpetuação do genocídio dos povos indígenas.

Fernanda foi uma voz ferrenha de oposição ao Marco Temporal. A extrema direita, através do Partido Liberal (PL), pediu em 2023 a cassação de Fernanda Melchionna e outras 5 deputadas combativas, em clara demonstração de misoginia e uma evidente tentativa de intimidação das deputadas que estavam na linha de frente no enfrentamento ao genocídio indígena.

- **Elas Ficam**

O tiro dos bolsonaristas saiu pela culatra. A tentativa de cassação foi respondida com muito apoio e uma forte articulação. A campanha Elas Ficam mobilizou centenas de milhares de pessoas, com atos em vários estados do país, uma forte mobilização nas redes e o engajamento de movimentos sociais como o MST. O resultado foi a desmoralização dos bolsonaristas e a tentativa de cassação dos mandatos parlamentares derrotada por unanimidade no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.



# ENFRENTAR O AUSTERICÍDIO E DEFENDER OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Defender os serviços públicos é assegurar melhores condições para os servidores, e também é fazer a defesa de que os serviços que atendem a maioria dos brasileiros não sejam sucateados.

O PSOL está sempre junto aos servidores e a população, exigindo recomposição salarial, abertura de concursos, carreiras adequadas e investimentos públicos, para garantir que os serviços públicos se mantenham gratuitos, universais e com qualidade.

## Arcabouço não!

A bancada do PSOL votou contra o arcabouço fiscal, proposta que limita o uso de verba pública para áreas essenciais. Infelizmente, a proposta de Fernando Haddad foi aprovada, criando um novo teto de gastos, que engessa o crescimento dos investimentos até no máximo 2,5% e compromete o bom funcionamento da saúde, educação, segurança, e o funcionalismo público de todas as áreas.

O arcabouço dá continuidade à política neoliberal de austeridade implementada por Temer e Bolsonaro, e sua revogação é uma necessidade para que o orçamento público possa assegurar direitos sociais e desenvolvimento. Fernanda Melchionna tem combinado a luta

imediate para tirar áreas essenciais do arcabouço fiscal, assim como tem batalhado para revogar integralmente o teto de gastos, que já ameaça até mesmo a manutenção dos pisos constitucionais da saúde e educação.



## Não à reforma administrativa

A medida de ataque mais direto ao funcionalismo público é a Reforma Administrativa. A atual versão da PEC 38, que sucedeu a PEC 32, teve um relatório apresentado com um conteúdo gravíssimo, que traz na prática o fim da estabilidade no serviço público, o congelamento de salários, desmonte das carreiras, o fim da progressão por tempo de serviço e conseqüentemente o sucateamento do atendimento à população. Essas medidas, além de um ataque contra os trabalhadores do serviço público,

prejudicam o combate à corrupção e abrem espaço para a pressão política dos gestores, aumentando as possibilidades de demissão e assédio, e ampliando os contratos temporários.

Sob a falsa retórica de “modernização” e fim dos privilégios, os defensores da medida escondem sua real intenção: de redução do estado, precarização de vínculos trabalhistas e aumento da ingerência política. A PEC onera a base dos servidores que são a maioria, enquanto preserva os supersalários da elite do funcionalismo e deixa intactos os privilégios dos militares. É preciso desmascarar essa fraude e intensificar a luta para barrar a Reforma Administrativa.

## Piso da enfermagem

Depois de décadas de luta, em 2022 enfim o Piso Salarial Nacional da Enfermagem foi conquistado. Nesta legislatura a batalha foi pela aprovação do PLN 5, que garantiu os recursos para o pagamento do piso para enfermeiros e enfermeiras, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras.

A luta por salário digno nos contracheques dos profissionais da saúde segue na ordem do dia, contra a tentativa de transformar o piso em teto, a partir do parecer da AGU que permite o cálculo de várias gratificações como se fosse salário base. O mandato de Fernanda segue engajado nessa pauta, denunciando as manobras na Câmara dos Deputados e apoiando as reivindicações da categoria da enfermagem, que vem dando exemplo de mobilização.



# GAZA: O CORAÇÃO DO MUNDO

O horror promovido pelo Estado de Israel em Gaza é equiparável às piores atrocidades da história da humanidade. Um genocídio que extermina dezenas de milhares de pessoas e viola direitos humanos de milhões, muitas dessas vítimas são crianças. O sionismo opera um genocídio para exterminar o povo palestino enquanto o mundo faz muito pouco para deter o massacre.

A deputada Fernanda Melchionna acionou o Itamaraty para exigir a ruptura de relações comerciais e diplomáticas de Brasil com Israel, assim como atuou na articulação de uma carta com dezenas de parlamentares e no apoio à Global Sumud Flotilha, ação de ativistas internacionais para denunciar a barbárie e levar ajuda humanitária à Faixa de Gaza.



# CULTURA: DIREITO E RESISTÊNCIA

## Defender o livro e a leitura contra o obscurantismo

A defesa do livro, da leitura e da escrita é fundamental. Bibliotecária de formação, Fernanda sabe da importância de formar uma sociedade mais leitora. Uma das suas iniciativas mais destacadas nessa área foi a de recriar a Frente Parlamentar em Defesa do Livro, da Leitura e da Escrita. A Frente realizou seminários, audiências e posicionamentos sobre questões do universo do livro. Foram tratados temas como o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), em conjunto com o MEC e o MinC; a Defesa e a universalização das Bibliotecas Escolares (cumprimento da Lei Federal 12.244); a valorização das bibliotecas públicas e comunitárias, bem como dos mediadores de leitura.

A Frente Parlamentar também se debruçou sobre a regulamentação e a garantia de direitos trabalhistas para a profissão de escritor, a partir de um projeto de autoria de Fernanda Melchionna (PL 4227/2024).

Na posição de coordenadora da Frente Parlamentar, Fernanda integrou articulações nacionais e internacionais com entidades do setor, como a Câmara Brasileira do Livro - CBL, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros - SNEL, conselhos de biblioteconomia e a Feira Internacional do Livro de Bogotá. Também foram construídos posicionamentos contra tentativas de censura e perseguição de fundamentalistas a escritores, cujo caso mais célebre foi o de Jeferson Tenório e seu livro *O Averso da Pele*.



## Estreia como escritora: Tudo Isso é Feminismo?

O ano de 2023 também marcou a estreia de Fernanda Melchionna como escritora. Bibliotecária de formação e leitora voraz, Fernanda nutria o desejo de publicar há algum tempo.

O livro *Tudo Isso é Feminismo* - uma visão sobre histórias, lutas e mulheres, foi acolhido por leitoras de várias idades, como uma obra de reflexão e ação no tempo presente, e não demorou para esgotar a primeira tiragem.

A obra apresenta um resgate das lutas de mulheres em diferentes momentos históricos: pensadoras, teóricas e militantes que fizeram parte e registraram a luta feminista. O esforço de produzir a publicação, mesmo em meio a uma intensa agenda política, foi movido pelo profundo envolvimento de Fernanda com a luta em defesa da vida e dos direitos das mulheres. A autora continua realizando palestras e debates sobre *Tudo Isso é Feminismo* em várias cidades do Rio Grande do Sul e do país.

## Cultura é prioridade!

A cultura é prioridade, e a atuação de Fernanda Melchionna abrange a dimensão legislativa, de participação nas lutas dos trabalhadores da cultura e de destinação de recursos, para fomentar espaços e construções culturais de resistência, além de fortalecer eventos de grande relevância para a população.

Seu mandato tem apoiado iniciativas do movimento Hip Hop em Esteio e em Porto Alegre, com emendas destinadas para oficinas culturais, para a Casa do Hip Hop Rubem Berta e para o Museu do Hip Hop. Fernanda também destinou recursos para iniciativas culturais como o Museu do Negro, o coletivo teatral Terra da Tribo, secretarias municipais de Cultura, Feira do Livro, Festival de Cultura de Alegrete, Plano Municipal de Leitura, Escolas de samba e Projetos de Música nas Escolas. Ao final desta publicação é possível conferir a lista completa de emendas parlamentares. Além de destinar os recursos, Fernanda tem atuado junto aos movimentos culturais, pressionando a prefeitura de Porto para que destrave mais de 3 milhões de reais, que estão parados nos cofres do executivo municipal.

Fernanda Melchionna também participou das lutas pelo espaço da Casa do Hip Hop Rubem Berta, pela manutenção do espaço físico da Terra da Tribo, e do enfrentamento à criminalização do carnaval, quando a prefeitura de Porto Alegre tentou criminalizar o Encontro dos Gigantes. Ela também é coautora do Marco Regulatório do Fomento à Cultura e das Leis Aldir Blanc 1 e 2, um dos principais mecanismos de financiamento da cultura na atualidade.



# JUSTIÇA TRIBUTÁRIA: FAZER OS RICOS PAGAREM A CONTA

A estrutura de impostos no Brasil é profundamente regressiva. Isso significa que, com a maior parte dos tributos concentrados sobre o consumo, os mais pobres pagam mais do que os ricos. A luta de Fernanda na Câmara tem sido para reverter essa lógica, buscando fazer com que os ricos paguem a sua parte justa da carga tributária, para assim desonerar a maioria da população.

## Isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$5mil

A isenção do Imposto de Renda foi uma promessa de campanha importantíssima do presidente Lula, aprovada e sancionada em 2025, e que desonera uma parcela importante dos trabalhadores e trabalhadoras. Desde a posse da atual legislatura, Fernanda agiu para que a medida fosse implementada com urgência.

Para pressionar por celeridade na isenção do IR, Fernanda Melchionna e Sâmia Bomfim apresentaram o Projeto de Lei 141/2025, para reajustar a tabela do imposto de renda, isentando quem ganha até 5 mil reais mensais, reduzindo tributos para salários de até R\$15.000 e aumentando progressivamente para as faixas acima dos R\$25.000 mensais.

## Taxar os ricos!

Em todo o debate sobre a estrutura tributária do Brasil, há parlamentares, principalmente da extrema direita, mas não só, comprometidos em proteger os bilionários e seus privilégios. Eles buscam preservar a qualquer custo as isenções fiscais, impedir a taxaço de lucros e dividendos ou o imposto sobre herança, medidas absolutamente comuns e funcionais em outros países.

Quem vem pagando essa conta historicamente é quem vive do próprio trabalho. A taxaço das grandes fortunas é uma bandeira histórica do PSOL, Fernanda Melchionna reapresentou o PLP 277/2008, originalmente de autoria de Luciana Genro, que visa implementar o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF). Na discussão da reforma tributária, o PSOL propôs uma emenda para incluir a taxaço de grandes fortunas, que começaria a incidir progressivamente em patrimônio a partir de R\$10 milhões de reais. A medida foi rejeitada pelo Congresso Inimigo do Povo. A luta no povo, dos 99%, contra o 1%, de ricos e seus privilégios, continua.

# MANDATO NA LUTA CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

Os fanáticos do neoliberalismo advogam que o patrimônio público deve ser liquidado o mais rápido possível. Essa cantilena enfadonha, de que a privatização traria alguma forma superior de eficácia, caiu por terra incontáveis vezes, e vem sendo desmentida pela realidade desde os anos 1990. A privatização amplia o espaço para a corrupção e reduz a capacidade do Estado de garantir direitos e de responder a situações emergenciais, como ficou evidente na catástrofe do Rio Grande do Sul com a CEEE privatizada, ou nos crimes da Vale em Mariana e Brumadinho.



## Trensurb pública! Não à privatização!

Junto aos sindicatos e federações nacionais dos metroviários, Fernanda atuou fortemente para que a Trensurb fosse retirada do Plano Nacional



de “Desestatização”, eufemismo para privatização que o governo Bolsonaro começou a operar. Além da Trensurb, a CBTU, que opera em capitais do Nordeste, também está ameaçada. Foram realizadas audiências públicas, manifestações e reuniões com ministérios. O governo Lula, que nas reuniões com os trabalhadores se comprometeu a parar as privatizações, lamentavelmente tem emitido sinais ambíguos, como o anúncio da Casa Civil de concessão da CBTU Pernambuco para o estado, o que pode acelerar a sua privatização. É muito importante seguir a luta em defesa das estatais, por um transporte cuja prioridade seja atender a população, e não garantir lucro aos acionistas.

# NA LUTA CONTRA O RACISMO E O MACHISMO

## Linha de frente contra a PEC 9

A obrigatoriedade de cotas raciais e de gênero, tanto nas candidaturas quanto na distribuição dos recursos eleitorais, trouxe um avanço importantíssimo para que os cargos eletivos expressassem cada vez mais a pluralidade da sociedade brasileira.

A violação sistemática e deliberada dessas cotas pelos partidos não pode ficar impune. A PEC 9 de 2023 anistiou um valor estimado em 23 BILHÕES, em multas e sanções para os partidos que descumpriram insistentemente as cotas raciais e de gênero.

Fernanda Melchionna (PSOL), foi membro da Comissão especial para debater a proposta, onde foi linha de frente contra a PEC 9, que serve para manter os cargos eletivos sempre nas mão da mesma minoria masculina e branca. Foram organizadas audiências junto a movimentos negros e de mulheres, e uma potente mobilização para denunciar denunciar essa política racista e sexista.

A “PEC da vergonha” infelizmente foi aprovada, enfraquecendo a participação feminina e de pessoas negras na política. É preciso seguir a luta para que as políticas afirmativas sejam implementadas e para que não haja impunidade para aqueles que as decumprirem.

## Lei Vini Jr.

Deputados no PSOL apresentaram na Câmara Federal o Projeto de Lei Vini Jr (PL 3089/2023), baseado na Lei de mesmo nome de autoria do deputado estadual carioca Professor Josemar (PSOL-RJ). A proposta é estabelecer um conjunto de medidas para enfrentar o racismo no futebol e nos estádios.

A Lei Vini Jr abrange a divulgação e a realização de campanhas educativas de combate ao racismo nos eventos esportivos ou culturais; divulgação das políticas públicas voltadas para o atendimento às vítimas das condutas discriminatórias; estabelece um “Protocolo de Combate ao Racismo”; o encerramento total da partida em andamento em caso de conduta racista praticada conjuntamente por grupo de pessoas ou em caso de reincidência de reconhecida manifestação de conduta racista, e instrução dos funcionários e prestadores de serviços sobre as condutas combatidas por esta Lei.

Além de ser coautora da proposta da Câmara Federal que está em tramitação, juntamente com o deputado Chico Alencar e a bancada do PSOL, Fernanda Melchionna acompanhou a implementação da Lei Vini Jr estadual no Rio Grande do Sul, de autoria da Deputada Luciana Genro.

# LGBTQIA+: ENFRENTAR O FUNDAMENTALISMO

## Enfrentamento à tentativa de proibir o casamento homoafetivo

Os fundamentalistas tentaram avançar em 2023 com a proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo. A manobra nefasta da bancada fundamentalista, liderada pelo Pastor Eurico(PL), apresentou um substitutivo do Projeto de Lei 580/07. O Projeto de 2007, que originalmente propunha regulamentar o casamento de pessoas do mesmo sexo, passou a tramitar em 2023 com o conteúdo diametralmente oposto do original, propondo a absurda proibição de que relações homoafetivas sejam legalmente equiparadas ao casamento.

A luta na Câmara, a mobilização na sociedade e a forte pressão da comunidade LGBTQIA+ foram fundamentais para barrar esse ataque da extrema direita de retirar direitos de milhares de famílias. Fernanda Melchionna esteve na linha de frente do enfrentamento ao projeto. A matéria inicialmente aprovada na Comissão de Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, teve seu teor original restituído em 2024 na Comissão de Direitos Humanos, pelo novo relatório apresentado pela deputada Erika Hilton. A matéria segue tramitando, agora para incluir o casamento entre pessoas do mesmo sexo no ordenamento jurídico. Hoje, a união civil homoafetiva é reconhecida no Brasil por decisão do STF de 2011.



## Participação nas paradas

O comprometimento de Fernanda Melchionna e do PSOL com a causa LGBTQIA+ tem uma trajetória que não vem de hoje. Durante o período desta retrospectiva, a deputada participou das edições da Parada Livre de Porto Alegre, da Parada de Luta, e destinou emendas parlamentares para viabilizar pautas importantes da população LGBTQIA+, como o ambulatório Trans.

Na Câmara Federal, Fernanda Melchionna tem sido uma das parlamentares que mais destina recursos, através de emendas parlamentares, para a pauta LGBTQIA+. Foram quase R\$ 4 milhões para diversas iniciativas.

Entre elas, casas de acolhimento LGBTQIA+, ações afirmativas, programas de empregabilidade trans, saúde, com recursos para o Ambulatório trans, entre outras.

# NOSSA LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO

## Impactos das enchentes na educação

### Relatora da subcomissão

Fernanda Melchionna foi relatora da Subcomissão da Câmara dos Deputados para tratar dos impactos das enchentes na Educação, trabalho que consistiu em um amplo processo de escuta da comunidade escolar, visitas técnicas e por fim na apresentação de propostas.

Os números são preocupantes: 1.106 escolas da rede estadual foram atingidas (47,1% da rede), mais de 400 mil estudantes foram diretamente impactados pela perda de aula durante o período da catástrofe, com um número de alunos em evasão escolar chegando a 47 mil.

A catástrofe gerou sobrecarga para professores e equipes escolares e uma piora nas condições de trabalho, ensino e aprendizagem. A subcomissão elaborou 5 projetos de lei, 1 proposta de emenda à Constituição e 12 sugestões de ações ao Poder Executivo. Muitas das propostas estarão listadas ao fim deste documento.

## Greve dos servidores da educação federal

Em 2024 a deputada atuou em reuniões com representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e do MEC para pressionar por negociações e atendimento das reivindicações das categorias da educação federal, que realizaram uma forte greve. Também participou da construção de audiências públicas na Câmara dos Deputados e das mobilizações organizadas pelas entidades

sindicais e por movimentos sociais. As reivindicações foram parcialmente atendidas, e incluíam demandas como: recomposição orçamentária, reajuste dos auxílios e bolsas estudantis, reestruturação das carreiras, recomposição salarial, e a exigência da revogação das normas de Temer e Bolsonaro que cortaram e sucatearam a educação no país.



## Vitória: Fora reitor interventor

Fernanda também vocalizou a demanda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pela saída do Reitor Interventor André Bulhões, nomeado de maneira autoritária por Bolsonaro mesmo tendo ficado em terceiro lugar na lista triplíce. A deputada atuou contra a nomeação do reitor interventor desde o início, participando da luta ao lado dos estudantes, professores e funcionários técnico-administrativos contra os ataques do governo Bolsonaro. Já no governo Lula, Fernanda atuou junto ao MEC para que a vontade da comunidade universitária fosse respeitada. A mobilização e a luta conquistaram a vitória: Bulhões teve a sua destituição aprovada pelo Conselho Universitário da UFRGS em 2023, e em 2024 o MEC o removeu efetivamente do cargo.

# ENFRENTAR OS PODEROSOS, DEFENDER O POVO

## **CPI do MST: lutar não é crime!**

A tentativa dos extremistas de direita de perseguir os que lutam pela reforma agrária não é nova, mas teve um momento marcante com a criação da CPI do MST. O intuito de criminalizar o Movimento Sem Terra foi derrotado por uma aguerrida bancada de esquerda que desmascarou a farsa, em especial as deputadas do PSOL Sâmia Bomfim e Talíria Petrone, que representavam o PSOL na CPI. Fernanda esteve presente em várias reuniões para enfrentar a bancada do atraso e apoiar as camaradas. No final, a tentativa de criminalização foi derrotada, nas reuniões e na opinião pública, e a luta em defesa dos movimentos sociais e da reforma agrária prevaleceu.



## **Frente Parlamentar pelo Limite dos Juros e Auditoria da Dívida com Participação Popular**

Instaurada em setembro de 2023, a Frente Parlamentar pelo Limite dos Juros e Auditoria da Dívida com Participação Popular é uma parceria entre o mandato de Fernanda Melchionna e a Auditoria Cidadã da Dívida. A Frente tem como proposta debater e propor ações que enfrentem o tema da dívida pública e dos juros abusivos praticados pelo Banco Central. Além disso, a Frente também se propõe a ter um caráter pedagógico e expor para a população o que significa para o país a dívida pública paga infundamente.

## **CPI das Americanas**

Fernanda Melchionna foi membro suplente da CPI das Americanas, que se propôs a investigar a fraude bilionária da empresa e o golpe dado nos trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, a comissão serviu para acobertar os crimes fiscais dos principais acionistas das Americanas, que sequer foram convocados para prestar depoimento. Fernanda Melchionna e o deputado federal Tarcísio Motta (PSOL-RJ), pediram vistas do relatório oficial e apresentaram um relatório paralelo que criminaliza o G3 das Americanas e reivindica reparação aos trabalhadores e pequenos acionistas lesados.

## Frente Parlamentar dos trabalhadores informais

A articulação e implementação da Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Economia Informal contou com importante atuação de Fernanda Melchionna. A Frente, da qual atualmente Fernanda é secretária, atua para defender os direitos dos ambulantes e trabalhadores informais, realizando audiências, debates e buscando criar propostas e articular ações para a categoria, com o objetivo de dar visibilidade e apoio a esses trabalhadores essenciais para a economia.

## Segurança Alimentar

No início de 2025, o povo sentiu no bolso a alta dos alimentos. Enfrentar o crescimento dos preços com ações estruturais e imediatas é fundamental para conter a inflação e garantir comida para a população. Fernanda Melchionna apresentou o PLP 48/2025, um pacote de medidas para a segurança alimentar da população, também assinado pelos deputados federais Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e Glauber Braga (PSOL-RJ).

O Projeto de Lei Complementar busca reduzir e estabilizar preços de alimentos, combater a fome e fortalecer a agricultura familiar. Entre as principais propostas do projeto estão a criação de um imposto de importação para regular preços, de modo que os alimentos não excedam a inflação geral; recomposição dos estoques públicos, reajuste e valorização permanente do Bolsa família, fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos, Benefício Emergencial para Agricultores Familiares e Exclusão de despesas essenciais do teto de gastos, para que os investimentos necessários não fiquem sujeitos a cortes orçamentários.



# TRABALHO RECONHECIDO: PREMIAÇÕES

O trabalho e as lutas protagonizadas pelo mandato não passaram em branco para as entidades que acompanham o Congresso Nacional. Em 2024 o Júri Especializado do Prêmio Congresso em Foco elegeu Fernanda Melchionna como a Melhor Deputada do Brasil, premiação máxima do evento; nessa mesma edição, Melchionna foi eleita pelo voto popular a melhor deputada da região Sul, prêmio que também recebeu nas edições anteriores do Congresso em Foco.

O Ranking Legisla Brasil listou Fernanda Melchionna como uma das poucas da Câmara a receber a nota máxima da instituição, classificando-a como deputada 5 estrelas. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, DIAP, que abrange Câmara e Senado, a listou nas sucessivas edições entre os “cabeças do Congresso” ou “Parlamentares em Ascensão”. Fernanda também recebeu o troféu “Personalidade do Livro 2023”, entregue pela Câmara Riograndense do Livro por seu trabalho destacado na defesa do Livro da Leitura e da Escrita.



## Atuação Legislativa

Principais propostas protocoladas de autoria ou coautoria de Fernanda Melchionna.

# PROJETOS DE LEI

### Lei Aldir Blanc

Fernanda Melchionna (PSOL/RS) foi uma das coautoras da Lei Aldir Blanc (Lei 14.017/2020), uma legislação crucial durante a pandemia de Covid-19 para socorrer o setor cultural brasileiro, oferecendo auxílio emergencial e promovendo editais para trabalhadores e espaços culturais, e tem atuado na continuidade de políticas como a Lei Aldir Blanc 2 e na criação de auxílios específicos para o RS, como o PL 1896/24.

### PL 6541/2025

Dispõe sobre a vedação de concessão de financiamentos, benefícios ou incentivos públicos destinados à agropecuária, em especial o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), a produtores rurais e empreendimentos do agronegócio situados em regiões que apresentem altos índices de violência contra povos indígenas, originários e quilombolas, crimes ambientais graves, desmatamento ilegal ou atuação de milícias e forças de segurança em violações de direitos.

### PL 6540/2025

Dispõe sobre a criação de Código de Conduta para os ministros do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.

### PL 6416/2025

Institui o Programa “Antes que Aconteça”, que estabelece o dever de criação de políticas de prevenção e combate à violência doméstica e familiar para médias e grandes empresas, e dá outras providências.

### PL 6151/2025

Institui a Política Nacional de Saúde Mental Climática, dispõe sobre a organização da atenção psicossocial em contextos de desastres, cria o Sistema Nacional de Saúde Mental Climática e os Centros de Resiliência, Cura e Reconstrução de Comunidades (CRCRC), e dá outras providências.

### PL 5768/2025

Dispõe sobre a validade do casamento religioso celebrado conforme os ritos próprios das religiões de matriz africana para fins de registro civil.



## PL 5736/2025

Dispõe sobre o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e a garantia dos seus direitos.

## PL 5462/2025

Institui a Plataforma Escola Cuidada e dispõe sobre a transparência e o planejamento da adaptação das escolas da educação básica às mudanças climáticas.

## PL 5286/2025

Ementa: Institui a Política Nacional de Combate ao Racismo Ambiental e dá outras providências.

## PL 5271/2025

Proíbe a cobrança adicional sobre bagagem de mão em viagens aéreas. Dispõe sobre a transparência tarifária e direitos básicos do passageiro aéreo relativos ao transporte de bagagens de mão. (Aprovado)

## PL 5061/2025

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para prever a consulta à comunidade escolar para escolha de diretores e gestores dos Estabelecimentos Públicos de Ensino da Educação Básica.

## PL 4902/2025

Dispõe sobre a instituição de pensão especial aos filhos e dependentes menores de 18 (dezoito) anos de idade de mulheres falecidas em razão de morte materna ocorrida durante a gestação ou até 42 (quarenta e dois)

dias após o seu término, por qualquer causa relacionada ou agravada pela gestação ou por seu manejo, nos termos da definição da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde e dá outras providências.

## PL 4684/2025

Altera a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, para instituir percentual mínimo de reserva de vagas para mulheres nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, priorizando a contratação de vítimas de violência doméstica e familiar.

## PL 4682/2025

Dispõe sobre medidas de proteção aos trabalhadores terceirizados, contratados por prestadoras de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Altera a Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre a manutenção dos empregados vinculados a contratos de prestação de serviços contínuos.

## PL 4165/2025

Obrigatoriedade de Tornozeleiras para os agressores de mulheres: Estabelece critérios para monitoração eletrônica de agressores no âmbito da violência contra a mulher, de que trata o § 5º, do art. 22 da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Pena).



## Lei Mari Ferrer

Fernanda é coautora da Lei Mari Ferrer (Lei nº 14.245/2021), que proíbe o constrangimento de vítimas de crimes sexuais no judiciário. A lei, inspirada no caso da influenciadora Mariana Ferrer, visando combater a revitimização no sistema de justiça de mulheres que passaram por situação de abuso. A lei altera o Código de Processo Penal para garantir que julgamentos de crimes sexuais respeitem a dignidade da vítima, protegendo-as de humilhações e atos atentatórios à sua honra durante as audiências.



## PL 3898/2025

Dispõe sobre a proibição da monetização direta ou indireta de conteúdo digital ou audiovisual, veiculado em plataformas de redes sociais ou quaisquer outros meios de comunicação na Internet, que tenha como tema central a imagem ou a participação de crianças e adolescentes, e dá outras providências.

## PL 3831/2025

Lei da Soberania Financeira: Dispõe sobre a vedação às instituições financeiras e demais entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil de aplicarem, no território nacional, sanções de natureza administrativa ou financeira decorrentes de normas ou atos estrangeiros sem previsão em lei brasileira ou ato normativo de autoridade competente nacional, e estabelece penalidades.

## PL 3387/2025

Altera a Lei nº 15.122, de 11 de abril de 2025 (Lei da Reciprocidade), para ampliar o escopo das contramedidas autorizadas em resposta a ações unilaterais de país ou bloco econômico que comprometam a competitividade internacional, a soberania econômica ou a autonomia tecnológica do Brasil, mediante a inclusão de dispositivos específicos sobre a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE-Tecnologia) e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), com vistas a assegurar base legal expressa para a aplicação seletiva desses instrumentos em setores estratégicos, enfrentar vulnerabilidades estruturais decorrentes da dependência tecnológica e financeira, e conferir maior segurança jurídica à adoção de medidas de natureza fiscal, cambial e regulatória no contexto de disputas assimétricas no sistema internacional.





## PL 3134/2025

Institui o Sistema Nacional de Transparência da Reconstrução Educacional – SINTRE, com o objetivo de garantir a publicidade, o controle social e a fiscalização dos recursos e ações destinados à recuperação da educação pública em situações de emergência e calamidade.

## PL 3133/2025

Institui a Política Nacional de Cooperação Pública em Educação – CPE, com o objetivo de promover a cooperação entre entes federados e instituições públicas de ensino e pesquisa, para apoio técnico, pedagógico e de gestão à educação pública, especialmente em contextos de emergência ou calamidade.

## PL 3132/2025

Institui diretrizes nacionais para a criação de Núcleos de Gestão de Crises Educacionais (NGCEs) no âmbito dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação, em regime de colaboração federativa.

## PL 3131/2025

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a atuação obrigatória dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação no monitoramento da reconstrução educacional em situações de emergência ou estado de calamidade pública.

## PL 3130/2025

Altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, para destinar recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima a ações voltadas à reconstrução, ao fortalecimento da rede pública de ensino e à promoção da Resiliência Escolar Climática em territórios atingidos por eventos climáticos extremos.

## PL 2852/2025

Dispõe sobre a identificação, recolhimento, proteção, preservação e acesso aos documentos e registros relacionados à separação compulsória de filhos e filhas de pessoas acometidas pela hanseníase, como forma de garantir o direito à memória, à verdade e à reparação, nos termos das diretrizes da Justiça de Transição, e dá outras providências.

## PL 2767/2025

Altera o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) para incluir o artigo 121-B, que tipifica o homicídio vicário como a conduta de homicídio de descendentes ou pessoas sob guarda ou responsabilidade direta de outrem, especialmente mulher, cometido com o propósito de causar-lhe sofrimento, em contexto de violência doméstica e familiar.

## PL 2314/2025

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para proibir o desconto de valores destinados a entidades representativas de aposentados sobre os benefícios pagos pelo INSS; cancela os contratos vigentes; e revoga o inciso V do caput do art. 115.

## PL 1725/2025

Veda a oferta de novos blocos de exploração de petróleo e gás na Amazônia e obriga a recuperação ambiental nas áreas com atividades de produção desses hidrocarbonetos na região.

## PL 1246/2025

Dispõe sobre a redução da jornada de trabalho semanal para trinta e duas horas e a garantia de três dias de descanso semanal remunerado, incluindo o domingo.

## PL 791/2025

Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Incentivo à Educação Continuada para Mães Solo e dá outras providências.

## PL 194/2025

Institui o Auxílio Emergencial para Repatriados Forçados, destinado a cidadãos brasileiros deportados ou expulsos de país estrangeiro, com o objetivo de garantir condições mínimas para sua reinserção social e econômica no Brasil.

## PL 141/2025

Altera e reestrutura a tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para reforçar a progressividade e garantir maior justiça tributária, amplia a isenção para quem recebe menos e institui alíquotas mais elevadas para grandes rendas, nos termos do art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.

## PL 127/2025

Ementa: Dispõe sobre a suspensão da remuneração e proventos de militares investigados por violações de direitos humanos e crimes contra a humanidade, praticados durante o período da Ditadura Militar, até a prolação de decisão definitiva no processo judicial.

## PL 4698/2024

Ementa: Dispõe sobre o uso de dispositivos de gravação audiovisual e georreferenciamento por integrantes de órgãos de segurança pública e regulamenta sua utilização para fortalecer a transparência e a segurança nas operações.

## PL 4636/2024

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para prever ações de vigilância, fiscalização, estudo e proteção contra a contaminação por agrotóxicos nocivos à saúde, em especial atenção aos impactos na saúde indígena.

## PL 4636/2024

Revisão da Lei de Anistia: torturadores, assassinos e agentes do regime que praticaram crimes contra a humanidade não podem ser contemplados com a autoanistia

da ditadura civil-militar para seus agentes. O Projeto de Lei dá interpretação autêntica ao disposto no art. 1º, § 1º da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 (Lei da Anistia).

## PL 4360/2024

Modifica as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989; 8.069, de 13 de julho de 1990; 8.080, de 19 de setembro de 1990; 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e 13.257, de 8 de março de 2016 para instituir medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo praticado contra a primeira infância, crianças e adolescentes.

## PL 4227/2024

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Escritor.

## PL 4226/2024

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de outubro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade de atendimento diferenciado e protocolos de acolhimento às mães em situação de natimorto ou óbito fetal.

## PL 3646/2024

Dispõe sobre o impedimento de concessão de incentivos fiscais a pessoas jurídicas e físicas envolvidas em crimes ambientais, e dá outras providências.

## PL 3588/2024

Dispõe sobre a dispensa do trabalho presencial em dias em que os níveis de poluição atmosférica excedam os padrões recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para a qualidade do ar.

## PL 3441/2024

Ementa: Dispõe sobre a transparência e publicitação do couvert artístico repassado aos artistas por estabelecimentos comerciais; e cria o Selo “Bar que Respeita o Músico”.

## PL 3362/2024

Fortalecimento do Código Florestal e regras mais duras para coibir incêndios criminosos: Acrescenta o Art. 38-A a Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal).

## PL 2947/2024

Altera o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para incluir a Política Nacional de Cuidados entre os programas e projetos beneficiados pelo Fundo Social.

## PL 2622/2024

Dispõe sobre a concessão de anistia aos acusados e condenados pelo crime definido no artigo 28, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, por adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo até 40g (quarenta gramas) de Cannabis, ou 6 (seis) plantas-fêmeas, para uso próprio.

## PL 2206/2024

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para suspender temporariamente as obrigações financeiras dos estudantes beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) durante o período de vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024.

## PL 2100/2024

Dispõe sobre a remissão total de dívidas de agricultores familiares e cooperativas de agricultores familiares em municípios do Estado do Rio Grande do Sul impactados por calamidade pública.

## PL 1908/2024

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para incluir novos requisitos quando do cancelamento unilateral dos planos coletivos empresariais ou por adesão de pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas com transtorno do espectro autista, pessoas com enfermidades graves, doenças raras e paralisia cerebral, e pessoas em tratamentos contínuos e especiais; e dá outras providências.

## PL 1896/2024

Institui auxílio emergencial aos micro e pequenos empreendedores da área da cultura do Rio Grande do Sul.

## PL 1844/2024

Dispõe sobre os contratos de aluguel residencial e comercial no estado do Rio Grande do Sul enquanto perdurarem os efeitos da calamidade pública decorrente das enchentes ocorridas na região.

## PL 1647/2024

Dispõe sobre a isenção de Imposto de Renda para vítimas da calamidade no Rio Grande do Sul no exercício financeiro corrente e dá outras providências.

## PL 1594/2024

Institui a Política Nacional dos Deslocados Ambientais e Climáticos – PNDAC, estabelecendo seus direitos e fornecendo diretrizes para que o Poder Público promova sua proteção.

## PL 1525/2024

Ementa: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para punir práticas abusivas cometidas em contextos de desastres ambientais ou demais situações que coloquem o consumidor em especial situação de vulnerabilidade.

## PL 583/2024

Assegura que os entregadores de aplicativo não são obrigados a subir até a porta das unidades habitacionais ou comerciais dos consumidores e dá outras providências.

## PL 78/2024

Permite a adoção de abatimentos legais na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) até o limite de 20% da renda tributável dos gastos com produtos e serviços que garantam a melhoria da qualidade de vida do permanentemente incapacitado para o trabalho e/ou do idoso a partir dos 65 anos.





## PL 5812/2023

Ementa: Acresce o inciso VI ao art. III do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer o fim do vínculo laboral como marco inicial da contagem do prazo prescricional no crime de assédio sexual.

## PL 5811/2023

Acresce o §6º ao art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para fixar em 20 (vinte) anos o prazo prescricional da pretensão de reparação civil a favor da vítima nos casos de assédio sexual, contados a partir do término do vínculo laboral.

## PL 5641/2023

Dispõe sobre a proibição de aplicativos, sites, ferramentas e similares que utilizam inteligência artificial para criação de imagens pornográficas não autorizadas com o rosto de mulheres, bem como estabelece medidas para prevenir e combater a disseminação dessas imagens.

## PL 5618/2023

Institui o Termo Territorial Coletivo como instrumento urbanístico de gestão territorial caracterizado pela gestão coletiva da propriedade da terra, pela

titularidade individual das construções e pela autonomia de ingresso, visando à sustentabilidade da habitação de interesse social e dá outras providências.

## PL 5536/2023

Dispõe sobre a responsabilidade das empresas organizadoras de shows e eventos em território brasileiro no acesso à água potável para consumo.

## PL 3202/2023

Dispõe acerca da isenção, por seis meses, do pagamento das tarifas de energia elétrica e de serviços de saneamento básico, concedida a usuários diretamente atingidos por desastres.

## PL 3089/2023

Dispõe sobre a implementação do “Programa Vini Jr. de Combate ao Racismo” nos estádios e nas arenas esportivas do Brasil.

## PL 2933/2023

Tipifica o crime de ecocídio, inserindo-o na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.”.

## PL 2789/2023

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), modificando o Artigo 61, que determina as velocidades em vias urbanas e rurais, o Artigo 218, que estabelece a fiscalização de velocidades e o Artigo 280, que prevê as autuações por excesso de velocidade.

## PL 2653/2023

Estabelece prazo de trinta meses para o reajuste das locações comerciais ou residenciais.

## PL 2601/2023

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

## PL 2156/2023

Dispõe sobre a criação serviço telefônico de recebimento de denúncias - "Disque PARENTE" da Fundação Nacional dos Povos Indígenas-FUNAI, para receber denúncia e dar assistência as especificidades dos Povos Indígenas.

## PL 2136/2023

Cria o Programa de Acolhimento Social e Psicológico a Comunidades Escolares que tenham sido vítimas de atos de violência.

## PL 1621/2023

Dispõe sobre o processo de escolha e nomeação dos dirigentes das universidades federais e dá outras providências.

## PL 1344/2023

Ementa: Institui enfermarias exclusivas para mulheres em situação e/ou processo de abortamento.

## PL 1265/2023

Dispõe sobre a prioridade na tramitação dos procedimentos investigatórios que visem à apuração e responsabilização de

homicídios, inclusive na modalidade tentada, que tenham como vítimas crianças e adolescentes.

## PL 1150/2023

Ementa: Acrescenta dispositivo na Lei nº 6.019/1974 para estabelecer a responsabilidade solidária nos casos de exploração de trabalho em condições análogas à de escravo.

## PL 1087/2023

Inclui dispositivo na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, para determinar que as plataformas digitais implementem sistemas internos de monitoramento da disseminação de discursos de ódio direcionados a mulheres, negros e negras, e LGBTQIA+.

## PL 978/2023

Regulamenta o art. 243 da Constituição Federal que dispõe sobre a expropriação de propriedades rurais e urbanas pela identificação de trabalho análogo a escravidão e dá outras providências.





## PL 627/2023

Proíbe homenagem a escravocratas, higienistas ou genocidas no Sistema Nacional de Viação – SNV, em obras de arte, nomeação de Prédios Públicos da Administração Federal e nos Monumentos Nacionais em todo território nacional e altera a Lei nº 6.682/79 e Lei nº 6.682/79, para substituir homenagens a escravocratas, higienistas e genocidas por nomes de eventos ou personalidades históricas cuja ocorrência ou vida tenha sido notabilizada pela defesa de direitos individuais, coletivos ou difusos de pessoas negras ou indígenas.

## PL 100/2023

Institui o Protocolo Não Se Calem que obriga espaços públicos e privados de lazer a implementarem medidas de proteção de mulheres em situação de risco ou violência sexual nas dependências de seus estabelecimentos em todo território nacional.

## PL 16/2023

Dispõe sobre a responsabilidade democrática de instituições financeiras oficiais, para que não realizem operação de crédito direcionado com praticantes de atos atentatórios ao Estado Democrático de Direito e pessoas jurídicas em que tais pessoas ocupem posição de controlador, conselheiro ou diretor.

## PL 978/2023

Regulamenta o art. 243 da Constituição Federal que dispõe sobre a expropriação de propriedades rurais e urbanas pela identificação de trabalho análogo a escravidão e dá outras providências.

## PL 627/2023

Proíbe homenagem a escravocratas, higienistas ou genocidas no Sistema Nacional de Viação – SNV, em obras de arte, nomeação de Prédios Públicos da Administração Federal e nos Monumentos Nacionais em todo território nacional e altera a Lei nº 6.682/79 e Lei nº 6.682/79, para substituir homenagens a escravocratas, higienistas e genocidas por nomes de eventos ou personalidades históricas cuja ocorrência ou vida tenha sido notabilizada pela defesa de direitos individuais, coletivos ou difusos de pessoas negras ou indígenas.

## PL 100/2023

Institui o Protocolo Não Se Calem que obriga espaços públicos e privados de lazer a implementarem medidas de proteção de mulheres em situação de risco ou violência sexual nas dependências de seus estabelecimentos em todo território nacional.

## PL 16/2023

Dispõe sobre a responsabilidade democrática de instituições financeiras oficiais, para que não realizem operação de crédito direcionado com praticantes de atos atentatórios ao Estado Democrático de Direito e pessoas jurídicas em que tais pessoas ocupem posição de controlador, conselheiro ou diretor.

# EMENDAS PARLAMENTARES

## ORÇAMENTO DE 2023

### Alegrete

**R\$ 275.000** – Santa Casa de Alegrete.

**R\$ 970.000** – Ônibus Rural 4x4 para Hulha Negra e Alegrete (via Bancada Gaúcha).



### Alvorada

**R\$ 1.629.209** – Hospital Alvorada – Instituto de Cardiologia.

**R\$ 2.000.000** – APAE – Custeio das APAEs de 18 municípios no RS. Hulha Negra e Alegrete.

### Bagé

**R\$ 300.000** – SMC de Bagé, realização do Festival de Cinema da Fronteira

**R\$ 275.000** – Santa Casa de Bagé (via Bancada Gaúcha).

### Caxias do Sul

**R\$ 1.500.000** – Manutenção e custeio do Ambulatório Trans.

**R\$ 170.000** – Saúde Básica (UBS).

### Centro SAMA

**R\$ 488.762** – Ajuda ao movimento dos catadores do Rio Grande do Sul.

### Charqueadas

**R\$ 213.931** – Saúde Básica (UBS).

### Erechim

**R\$ 100.000** – Banco de Sangue de Erechim.

**R\$ 100.000** – APAE.

### Fundação Oswaldo Cruz

**R\$ 244.381** – Realização do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia em movimento.

### Gravataí

**R\$ 1.102.657** – Hospital D. João Becker (custeio/manutenção).

### IFFar

**R\$ 2.688.195** – Contempla todos os campi de acordo com as necessidades institucionais.

### IFSul

**R\$ 3.176.957** – Contempla todos os campi de acordo com as necessidades institucionais.

## Jóia

**R\$ 440.000** – Aquisição de retroescavadeira.

## Maquiné

**R\$ 343.813** – Saúde Básica, estruturação de UBS.



## Nova Santa Rita

**R\$ 700.000** – Demandas dos assentamentos Santa Rita de Cassia e Itapuí.

## Palmeira das Missões

**R\$ 1.000.000** – Aquisição de equipamento médico hospitalar (via Bancada Gaúcha).

## Passo Fundo

**R\$ 1.629.209** – Hospital São Vicente de Paulo.

## Pelotas

**R\$ 2.100.000** – Construção de UBS Santa Terezinha.

## Piratini

**R\$ 488.762** – Aquisição de caminhão pipa para a comunidade.

## Porto Alegre

**R\$ 488.762** – IFRS – Campus rolante: R\$188.762, Campus Porto Alegre: R\$300.000 (extensão com SATED – Sindicato dos artistas).

**R\$ 1.000.000** – SMC – Secretaria Municipal de Cultura – festas culturais/ carnaval.

**R\$1.628.208** – UFRGS – FABICO – Reforma e modernização da FABICO.

**R\$1.252.449** – Santa Casa de Porto Alegre – custeio/manutenção.

**R\$726.958** – APAE – Dr. João Alfredo de Azevedo em Porto Alegre – custeio.

**R\$ 346.122** – AVESOL – Porto Alegre – ajuda a pessoas em situação de rua e comunidade LGBTQI+ das regiões periféricas.

**R\$350.000** – COLAÍ – Movimento em cultura – Aporte para coletivo de 16 bibliotecas comunitárias.

**R\$488.762** – Coletivo Morro da Cruz – inclusão digital de jovens em vulnerabilidade.

**R\$570.223** – Casa de Referência Mulheres Miraball – Direitos humanos.



## Rio Grande

**R\$ 950.000** – Santa Casa de Rio Grande.

**R\$ 488.762** – FURG – Reforma casa de estudante, adequação de espaços e demandas diversas.

**R\$ 170.000** – Saúde Básica.



### Santa Cruz do Sul

**R\$ 500.000** – Hospital Santa Cruz do Sul (custeio/manutenção).

**R\$ 275.000** – Hospital (via Bancada Gaúcha).

### Santa Maria

**R\$ 814.604** – Rede de atenção Psicossocial de Santa Maria.

**R\$ 1.000.000** – Hospital Casa Saúde de Santa Maria.

### Santa Margarida do Sul

**R\$ 440.446** – Demandas dos apicultores locais

### Santa Vitória do Palmar

**R\$ 329.209** – Cultura.

### Santana do Livramento

**R\$ 943.813** – Santa Casa.

### São Francisco de Paula

**R\$ 500.000** – Hospital São Francisco de Paula.

### São Leopoldo

**R\$ 896.064** – Realização de festival literário / feiras de valorização da produção feminina e aquisição de equipamentos para biblioteca municipal.

### UERG

**R\$ 2.000.000** – (Via Bancada Gaúcha).

### UNIPAMPA

**R\$ 407.302** – Total de emendas destinadas.

**R\$ 250.000** – Campus Alegrete.

**R\$ 107.000** – Caçapava do Sul.

**R\$ 50.302** – São Gabriel.

### Uruguaiana

**R\$ 275.000** – Santa Casa de Uruguaiana (via Bancada Gaúcha).

### Viamão

**R\$ 814.604** – Instituto de Cardiologia do Brasil.



# ORÇAMENTO DE 2024

## Alegrete

**R\$ 492.559,88** – Santa Casa de Caridade. Aquisição de equipamentos e infraestrutura do hospital (via Bancada Gaúcha).



## Bagé

**R\$ 492.000,00** – Santa Casa de Caridade. Aplicados na infraestrutura do hospital (via Bancada Gaúcha).

## Cachoeira do Sul

**R\$ 100.000,00** – Fundo Municipal de Cachoeira do Sul. Infraestrutura da atenção básica de saúde do município (via Bancada Gaúcha).

## Candiota

**R\$ 100.000,00** – Fundo Municipal. Infraestrutura da atenção básica de saúde do município (via Bancada Gaúcha).

## Canoas

**R\$ 569.740,00** – Hospital Gracinha. Infraestrutura do hospital.

**R\$ 500.000,00** – Defesa Civil. Infraestrutura da defesa civil municipal e mitigação dos danos causados pelos extremos climáticos.

**R\$ 100.000,00** – Fundo Municipal de Saúde. Infraestrutura da atenção básica de saúde do município (via Bancada Gaúcha).

## Caraá

**R\$ 200.000,00** – Defesa Civil. Infraestrutura da defesa civil municipal e mitigação dos danos causados pelos extremos climáticos.

## Caxias do Sul

**R\$ 492.000,00** – Hospital Regional de Caxias. Aquisição de equipamentos e infraestrutura do hospital (via Bancada Gaúcha).

## Cruz Alta

**R\$ 100.000,00** – Fundo Municipal. Infraestrutura da atenção básica do município (via Bancada Gaúcha).

## Cruzeiro do Sul

**R\$ 300.000,00** – Custeio do Piso da Atenção Básica de Saúde.

**R\$ 150.000,00** – Assistência Social. Atender demandas causadas pela enchente de 2024.

**R\$ 200.000,00** – Defesa Civil. Estruturação da defesa civil do município, que foi um dos mais atingidos nos últimos anos pelas catástrofes climáticas no Estado.

## Cruzeiro do Sul

**R\$ 300.000,00** – Custeio do Piso da Atenção Básica de Saúde.

**R\$ 150.000,00** – Assistência Social. Atender demandas causadas pela enchente de 2024.

**R\$ 200.000,00** – Defesa Civil. Estruturação da defesa civil do município, que foi um dos mais atingidos nos últimos anos pelas catástrofes climáticas no Estado.

## Cruzeiro do Sul

**R\$ 300.000,00** – Custeio do Piso da Atenção Básica de Saúde.

**R\$ 150.000,00** – Assistência Social. Atender demandas causadas pela enchente de 2024.

**R\$ 200.000,00** – Defesa Civil. Estruturação da defesa civil do município, que foi um dos mais atingidos nos últimos anos pelas catástrofes climáticas no Estado.

### Eldorado do Sul

**R\$ 200.000,00** – Defesa Civil. Estruturação da defesa civil do município, que foi um dos mais atingidos nos últimos anos pelas catástrofes climáticas no Estado.

**R\$ 100.000,00** – Fundo Municipal de Saúde. Estruturação da atenção básica do município (via Bancada Gaúcha).

### Encantado

**R\$ 450.000,00** – Hospital Beneficente Camiliana do Sul. Estruturação do hospital, atingido pela enchente de 2023.

### Erechim

**R\$ 100.000,00** – Fundo Municipal. Estruturação da atenção básica do município (via Bancada Gaúcha).



### Esteio

**R\$ 200.000,00** – AVESOL. Apoio aos trabalhadores autônomos de Esteio. Fomento e estruturação da atividade dos camelôs via economia solidária.

**R\$ 200.000,00** – Defesa Civil. Estruturação da defesa civil do município, que foi muito atingido pelas catástrofes climáticas dos últimos anos no RS.

**R\$ 100.000,00** – Fundo Municipal de

Saúde. Estruturação da atenção básica do município (via Bancada Gaúcha).

### Estrela

**R\$ 200.000,00** – Defesa Civil. Estruturação da defesa civil do município, que foi muito atingido pelas catástrofes climáticas dos últimos anos no RS.

### Frederico Westphalen

**R\$ 2.000.000,00** – Construção do Centro regional de Oncologia.

### Garibaldi

**R\$ 100.000,00** – Fundo Municipal. Estruturação da atenção básica do município (via Bancada Gaúcha).

### Gravataí

**R\$ 450.000,00** – Hospital Dom João Becker. Aquisição de equipamentos e melhorias na infraestrutura do hospital.

**R\$ 200.000,00** – Defesa Civil. Estruturação da defesa civil do município, que foi muito atingido pelas catástrofes climáticas dos últimos anos no RS.

### Guaíba

**R\$ 300.000,00** – Defesa Civil. Estruturação da defesa civil do município, que foi muito atingido pelas catástrofes climáticas dos últimos anos no RS.

### IFFAR

**R\$ 500.000,00** – Instituto Federal Farroupilha (via Bancada Gaúcha).

### IFRS

**R\$ 1.300.000,00** – Custeio para o Instituto Federal do RS. Incentivo a projetos com mulheres, jovens e negritude.

## IFSUL

**R\$ 500.000,00** – Instituto Federal Sul Rio-Grandense. Incentivo a projetos com mulheres, jovens e negritude (via Bancada Gaúcha).

## Instituto Cérebro

**R\$ 1.000.000,00** – Pesquisas Avançadas (via Bancada Gaúcha).

## Instituto Jubileu Sul

**R\$ 1.500.000,00** – Plenárias, oficinas, formação, materiais pedagógicos.

## Jóia

**R\$ 750.000,00** – Compra de dois tratores. Incentivo à pequena agricultura do município (via Bancada Gaúcha).

## Lajeado

**R\$ 450.000,00** – Fundo Municipal de Saúde. Estruturação dos postos de saúde atingidos pela enchente de 2023.

**R\$ 450.000,00** – Sociedade Beneficência e Caridade de Lajeado (Hospital Bruno Born). Estruturação do hospital após as enchentes de 2023.

**R\$ 150.000,00** – Assistência Social. Estruturação da assistência social do município após a enchente de 2023.

**R\$ 200.000,00** – Defesa Civil. Estruturação da defesa civil do município que foi muito atingido pelas catástrofes climáticas dos últimos anos no RS.

## Lavras do Sul

**R\$ 100.000,00** – Assistência Social. Estruturação da assistência social do município.

## Muçum

**R\$ 900.000,00** – Hospital Nossa Senhora Aparecida. Estruturação do hospital após a enchente de 2023.

**R\$ 300.000,00** – Custeio do Piso da Atenção Básica de Saúde. Estruturação dos postos de saúde do município após as enchentes de 2023.

**R\$ 200.000,00** – Assistência Social. Estruturação da assistência social do município.

**R\$ 200.000,00** – Defesa Civil. Estruturação da defesa civil do município, que foi muito atingido pelas catástrofes climáticas dos últimos anos no RS.

## Novo Hamburgo

**R\$ 200.000,00** – Defesa Civil. Estruturação da defesa civil do município, que foi muito atingido pelas catástrofes climáticas dos últimos anos no RS.

## Osório

**R\$ 100.000,00** – Fundo Municipal. Estruturação da saúde do município (via Bancada Gaúcha).

## Passo Fundo

**R\$ 460.000,00** – Instituto Cultural Ritornelo. Fomento a iniciativas culturais abertas à comunidade e artistas, como oficinas de artes e eventos culturais.

## Pelotas

**R\$ 450.000,00** – Hospital Regional de Pronto Socorro. Aquisição e infraestrutura do hospital.

**R\$ 930.000,00** – UFPEL. Obras para finalização do centro de esportes.

**R\$ 400.000,00** – Assistência Social. Estruturação da assistência social do município.



## Porto Alegre

- R\$ 1.149.078,00** – Hospital Materno Infantil Presidente Vargas.
- R\$ 1.149.078,00** – Hospital de Pronto Socorro.
- R\$ 3.443.948,00** – Custeio ao Piso da Atenção Básica de Saúde.
- R\$ 4.033.948,00** – UBSs / Investimento ao Piso da Atenção Básica de Saúde.
- R\$ 300.000,00** – Hospital Ernesto Dornelles.
- R\$ 500.000,00** – Ambulatório Trans de Porto Alegre.
- R\$ 200.000,00** – Sociedade União da Vila dos Eucaliptos / Mario Quintana SUVE / Custeio para apoio a cultura. Fomento a atividades culturais, via hip hop, para jovens em vulnerabilidade social.
- R\$ 315.792,00** – Cirandar – Cent. Int. de Redes Sociais e Culturas Locais. Realização de ações culturais de formação de leitores no RS.
- R\$ 1.000.000,00** – Grupo Hospitalar Conceição (via Bancada Gaúcha).
- R\$ 300.000,00** – Câmara Rio Grandense do Livro – Feira do Livro.

## Rio Grande

- R\$ 492.000,00** – Santa Casa de Rio Grande (via Bancada Gaúcha).

## Roca Sales

- R\$ 900.000,00** – Hospital Roque Gonzales. Estruturação do hospital após as enchentes de 2023.
- R\$ 200.000,00** – Assistência Social. Estruturação da assistência social do município após as enchentes de 2023.

## Sananduva

- R\$ 200.000,00** – Hospital Beneficente São João. Aquisição de equipamentos e infraestrutura do hospital (via Bancada Gaúcha).

## Santa Cruz do Sul

- R\$ 100.000,00** – Fundo Municipal. Estruturação dos postos de saúde do município (via Bancada Gaúcha).
- R\$ 492.000,00** – Hospital Ana Nery. Aquisição de equipamentos e infraestrutura do hospital (via Bancada Gaúcha).



## Santa Maria

- R\$ 500,00,00** – Defesa Civil. Estruturação da defesa civil do município.
- R\$ 1.000.000,00** – UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. Assistência estudantil no fomento de bolsas para alunos em vulnerabilidade, mães soltas e indígenas.

## Santa Vitória do Palmar

- R\$ 100.000** – Fundo Municipal. Estruturação da saúde do município (via Bancada Gaúcha).

## São Gabriel

- R\$ 100.000** – Fundo Municipal. Estruturação da saúde do município (via Bancada Gaúcha).

## São Leopoldo

- R\$ 250.000,00** – AESOL – Economia Solidária. Fomento para os trabalhadores autônomos de São Leopoldo com ênfase em atividades desenvolvidas por mulheres.
- R\$ 200.000,00** – Defesa Civil – Estruturação da defesa civil do município, que foi muito atingido pelas catástrofes climáticas dos últimos anos no RS.
- R\$ 100.000,00** – Fundo Municipal de Saúde. Estruturação da saúde do município (via Bancada Gaúcha).

## São Lourenço do Sul

**R\$ 700.000,00** – Santa Casa de Lourenço do Sul. Aquisição de equipamentos e estrutura do hospital.

## Sapucaia do Sul

**R\$ 200.000,00** – Defesa Civil. Estruturação da defesa civil do município, muito atingido pelas catástrofes climáticas dos últimos anos no RS.

**R\$ 100.000,00** – Fundo Municipal de Saúde (via Bancada Gaúcha).

## SEDUC

**R\$ 5.000.000,00** – Escolas ensino básico/fundamental – Custeio para escolas estaduais – Melhorias na estrutura e compra de equipamentos para inúmeras escolas do Estado.

## Taquari

**R\$ 450.000,00** – Hospital São José. Aquisição de equipamentos e reestruturação do hospital após as enchentes de 2023.

## Torres

**R\$ 100.000,00** – Fundo Municipal. Estruturação da saúde do município (via Bancada Gaúcha).

## UEGS

**R\$ 750.000,00** – Apoio a entidades de ensino superior não federais (via Bancada Gaúcha).

## UFRGS

**R\$ 780.000,00** – Modernização do Instituto de Artes e incentivo a projetos de fomento às artes com bolsistas.

**R\$ 661.000,00** – Restauração Salão Norte (via Bancada Gaúcha).

## UNIPAMPA

**R\$ 1.000.000,00** – Estruturação dos 10 campi da instituição, com construção de quadras esportivas, coberturas entre os prédios e projetos de acessibilidade.

# ORÇAMENTO DE 2025

## Alegrete

**R\$ 589.247** – Santa Casa de Alegrete.  
**R\$ 300.000** – Fundo Municipal de Saúde.

## Alvorada

**R\$ 200.000** – Hospital Alvorada.  
**R\$ 600.000** – Associação Comum. Quilombolas Vila Fé em Deus.

## Bagé

**R\$ 200.000** – Hospital Alvorada.  
**R\$ 600.000** – Associação Comum. Quilombolas Vila Fé em Deus.

## Bento Gonçalves

**R\$ 400.000** – Hospital Tacchini.

## Cachoeira do Sul

**R\$ 200.000** – Hospital de Caridade e Beneficência.

## Cachoeirinha

**R\$ 589.247** – Hospital Padre Jeremias.  
**R\$ 200.000** – Hospital Ana Nery.  
**R\$ 300.000** – Instituto Àgora.



## Candiota

**R\$ 200.000** – Fundo Municipal de Saúde.

## Canoas

**R\$ 400.000** – Hospital N. S. das Graças.

**R\$ 200.000** – Santa Casa.

**R\$ 200.000** – Defesa Civil.



## Carlos Barbosa

**R\$ 200.000** – Hospital São Roque.

**R\$ 150.000** – Fundo Municipal de Saúde.

## Caxias do Sul

**R\$ 700.000** – Hospital Virvi Ramos.

## Charqueadas

**R\$ 600.000** – Pref. Charqueadas –  
Quadra esportiva.

## Esteio

**R\$ 400.000** – Hospital São Camilo.

## Fundação Oswaldo Cruz

**R\$ 1.989.247** – Fundação Oswaldo Cruz.

## FURG

**R\$ 1.000.000** – Universidade Federal  
do Rio Grande.

## Garibaldi

**R\$ 200.000** – Hospital São Pedro.

**R\$ 150.000** – Fundo Municipal de Saúde.

## Gravataí

**R\$ 200.000** – Hospital Don João Becker.

**R\$ 500.000** – Associação Gravataí  
de Taekwondo.

## Guaíba

**R\$ 200.000** – Fundo Municipal de Saúde.

## IFRS

**R\$ 2.600.000** – Instituto Federal do Rio  
Grande do Sul.

## IFSUL

**R\$ 600.000** – Instituto Federal Sul-rio-  
grandense.

## Nova Santa Rita

**R\$ 200.000** – Fundo Municipal de Saúde.

## Novo Hamburgo

**R\$ 300.000** – Hospital Regina.

**R\$ 300.000** – Santa Casa.

## Osório

**R\$ 400.000** – Hospital São Vicente  
de Paulo.

## Passo Fundo

**R\$ 200.000** – Hospital São Vicente  
de Paulo.

## Pelotas

**R\$ 1.000.000** – Hospital Regional de  
Pronto Socorro.

**R\$ 1.000.000** – Assistência Social.

## Porto Alegre

**R\$ 300.000** – Hospital Vila Nova.

**R\$ 200.000** – Hospital São Lucas PUC.

**R\$ 200.000** – Instituto de Cardiologia.

**R\$ 1.059.498** – Fundo Municipal de Saúde.

**R\$ 200.000** – União Brasileira de  
Educação e Assistência.

**R\$ 200.000** – Santa Casa.

**R\$ 900.000** – Secretaria Municipal de  
Educação.

**R\$ 1.600.000** – Balcão de Direitos.

- R\$ 1.200.000** – Instituto Preservar – MST.
- R\$ 1.000.000** – Associação Cão da Guarda.
- R\$ 200.000** – Defesa Civil.
- R\$ 700.000** – Avesol.
- R\$ 537.992** – Cirandar.
- R\$ 500.000** – Terreira da Tribo.
- R\$ 300.000** – Assistência Social.



### Rio Grande

- R\$ 300.000** – Fundo Municipal de Saúde.

### Santa Cruz do Sul

- R\$ 200.000** – Hospital Santa Cruz.

### Santana do Livramento

- R\$ 200.000** – Ambulatório Trans.
- R\$ 300.000** – Fundo Municipal de Saúde.
- R\$ 200.000** – Santa Casa.

### São Gabriel

- R\$ 200.000** – Santa Casa.

### São Leopoldo

- R\$ 400.000** – Hospital Centenário.
- R\$ 300.000** – Fundo Municipal de Saúde.
- R\$ 200.000** – Defesa Civil.

### São Lourenço do Sul

- R\$ 700.000** – Fundo Municipal de Saúde.

### Sapucaia do Sul

- R\$ 200.000** – Hospital Getúlio Vargas.

### Santa Maria

- R\$ 200.000** – Fundo Municipal de Saúde.

### UFCSPA

- R\$ 500.000** – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.

### UFRGS

- R\$ 2.000.000** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

### UNIPAMPA

- R\$ 600.000** – Universidade Federal do Pampa.

### Uruguaiana

- R\$ 2.000.000** – Fundo Municipal de Saúde.
- R\$ 200.000** – Santa Casa.

### Viamão

- R\$ 100.000** – Fundo Municipal de Saúde.
- R\$ 100.000** – Posto de Saúde Unidade Águas Claras / Assentamento Filhos de Sepé.
- R\$ 200.000** – Instituto Maria Schmitt.



# UEM SER PSOL!

## **Filie-se ao PSOL e ajude na luta para desbolsonarizar o Brasil!**

A derrota de Bolsonaro nas urnas e sua posterior prisão, junto com generais que tentaram um golpe de Estado, foi histórica. A falta de uma justiça de transição contra os golpistas da ditadura civil-militar, alimentou os traidores de hoje, e o Brasil do presente manda uma mensagem fundamental ao não repetir o erro da impunidade.

Mas nada está resolvido. Há uma longa batalha pela frente para desbolsonarizar o Brasil, derrotar os extremistas que tentam se vender como “moderados”, e enfrentar as políticas neoliberais que mantem o povo na miséria. O discurso de ódio de extrema direita infelizmente mantem raízes profundas na sociedade brasileira, e os inimigos do povo seguem com bastante poder, como ficou demonstrado repetidas vezes com a aliança da extrema direita e centrão no Congresso, atacando direitos da classe trabalhadora, das mulheres, LGBTQs, negras e negros e juventude.

**Filie-se o PSOL e junte-se à luta pela reconstrução do Brasil, retomada de direitos e por uma alternativa de esquerda coerente e combativa.**







Gabinete | Brasília  
Câmara dos Deputados – Gabinete 621 – Anexo IV –  
Brasília/DF  
(61) 3215-5621

Gabinete | Porto Alegre  
Rua Sofia Veloso, 71 – Cidade Baixa  
(51) 3110-9150

Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)

 [dep.fernandamelchionna@camara.leg.br](mailto:dep.fernandamelchionna@camara.leg.br)

   [@fernandapsol](https://www.instagram.com/fernandapsol)  (51) 98925-0864

[www.fernandapsol.com.br](http://www.fernandapsol.com.br)